

**O VINTISMO NO GRÃO-PARÁ: ENTRE ACEITAÇÃO E TENSÃO (1823).**

\*Marcio Felipe da Silva Cardoso

O presente trabalho tem como objetivo analisar os embates ocorridos entre frações de classes no seio do poder provincial do Grão-Pará. A Província do Grão-Pará vinha desde o juramento às bases constitucionais das Cortes de Lisboa (1821), mantendo seus laços fortes com a “ex-metrópole” lisboeta. Seu posicionamento é reforçado quando membros da sociedade paraense juraram a Constituição da Nação Portuguesa, em 1823. Com o avanço de D. Pedro, autoridades constituídas tentaram frear o regime político do Rio de Janeiro para o Grão-Pará. As autoridades militares, com ajuda de setores da sociedade, decidiram tomar o poder através de um golpe, destituindo a Junta Provisória de Governo e o Senado da Câmara e detendo seus membros, em 1º de março de 1823, assumindo, neste momento, a Junta e a Câmara favoráveis ao regime Português vintista. De um lado, a posse de uma junta “vintista” modernizadora, chefiada pelo Vigário Capitular, Romualdo Antônio de Seixas, apesar de ser sobrinho do Bispo Romualdo Coelho, um conhecido adepto do “antigo regime”; Do Outro lado, O Governador das Armas, Brigadeiro José Maria de Moura, visto como “absolutista” estremado, graças a sua postura autoritária que manteve com a Junta Provisória e com “O Paraense”. Seu governo foi marcado por tensões entre as autoridades constituídas na Província e com os redatores do periódico “O Paraense”. O governador era a inspiração de diversos ofícios enviados a Lisboa pela Junta de Governo e dos redatores e adeptos de “O Paraense”, que não se cansavam de relatar o caráter “despótico” de Moura, bem como das tentativas que o mesmo tinha em “calar” a liberdade de imprensa que o periódico gozava. A situação sofreu reviravolta em agosto, onde a Junta adere ao Brasil e logo em seguida outra junta pró independência assume, fazendo uma reestruturação administrativa da província, cooptando os adeptos da causa e expurgando os “dissidentes”, gerando insatisfações e instabilidade, já que esses “portugueses” resolveram se “entrincheirar” na cidade de Cameté com a antiga Junta pró Lisboa, e de lá pensaram até na possibilidade de emancipação. Após negociações e ajustes, a situação entra em estabilidade política e perdura por um pequeno período, quando o pacto é rompido pela pressão das camadas populares, insatisfeitas pelo domínio luso da economia e da política, enquanto a situação social a cada dia se desestruturava. Então eclode a cabanagem em 1835, e a situação se desestrutura de vez por longos anos devido a “guerra civil”.

Palavras-Chave: Vintismo; Constituição; Grão-Pará.

---

\* Mestrando em História Social (PPGH-UFF) e Licenciado em História (UFPA). Membro da Sociedade de Estudos do Oitocentos (SEO-UFF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Eulália e Bárbara (GEPEB). Email para contato: marciوسفcardoso@gmail.com.